



PARTE D

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 512/2009

Processo n.º 837/2009

Acordam em sessão plenária no Tribunal Constitucional:

1 — Jorge Manuel Marques Pereira, na qualidade de mandatário da lista do Partido Socialista às próximas eleições autárquicas na freguesia de Azinhal, Castro Marim, reclama para o Tribunal Constitucional invocando que o juiz do Tribunal Judicial de Vila Real de Santo António lhe não admitiu o recurso que pretendia interpor a impugnar o despacho proferido em 2 de Outubro de 2009, decisão que parcialmente lhe indeferira a reclamação que apresentara quanto à designação dos membros da mesa da assembleia de voto da referida freguesia de Azinhal.

Pede, por isso, que, admitido o recurso, seja a final «corrigido» o edital da Câmara Municipal de Castro Marim de 7 de Outubro de 2009, nomeando-se presidente da mesa de assembleia de voto da freguesia de Azinhal «um membro da lista do Partido Socialista, a única que cumpriu os dispositivos legais, ou em alternativa que nomeiem o Presidente da Mesa de entre os eleitores nos termos do n.º 4 do artigo 77.º da LEOAL».

2 — Todavia, o Tribunal tem entendido, citando o Acórdão n.º 514/2005 (vejam-se os recentes Acórdãos n.ºs 497/09 e 510/2009, disponíveis em www.tribunalconstitucional.pt), que não cabe recurso para o Tribunal Constitucional da decisão proferida pelo juiz da comarca sobre recurso da decisão do presidente da câmara municipal quanto à composição das mesas das assembleias de voto.

Diz-se, com efeito, naquele aresto:

«A possibilidade de recurso para o juiz da comarca da decisão do presidente da câmara municipal quanto à composição das mesas das assembleias de voto constitui uma inovação da LEOAL aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001. Efectivamente, nem a anterior lei eleitoral das autarquias locais (cf. artigo 27.º), nem, por exemplo, a lei eleitoral da Assembleia da República (cf. artigo 47.º), previam ou prevêm essa intervenção, cabendo recurso para o Tribunal Constitucional das referidas decisões dos presidentes das câmaras municipais, enquanto “órgãos da administração eleitoral” (artigo 102.º-B, n.º 7, da Lei do Tribunal Constitucional). Foi nesse contexto que foi proferido o Acórdão n.º 606/89.

A introdução, pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de uma específica instância judicial de controlo dos actos do órgão da administração eleitoral não pode deixar de ter querido atribuir a essa intervenção um carácter de definitividade. Na verdade, neste tipo de casos, não se vislumbra especial justificação para a duplicação da intervenção de órgãos jurisdicionais, como sucederia se se admitisse recurso da decisão do juiz de comarca para o Tribunal Constitucional. Tal acréscimo de complexidade do processo é incongruente com a redução de prazos, quer da realização das reuniões nas juntas de freguesia (entre os 22.º e o 20.º dia anterior à data das eleições, segundo o artigo 37.º, n.º 1, da anterior lei; no 18.º dia anterior a essa data, segundo o artigo 77.º, n.º 1, da actual LEOAL), quer da apresentação das propostas de nomes no caso de falta de acordo naquelas reuniões (nos 19.º ou 18.º dias segundo a antiga lei [artigo 37.º, n.º 2], no 15.º dia segundo a nova lei [artigo 77.º, n.º 2]). Refira-se ainda que quando o legislador pretendeu consagrar recurso para o Tribunal Constitucional de decisões judiciais proferidas neste âmbito do processo eleitoral o disse expressamente: cf. artigo 94.º, n.º 2, da LEOAL.»

3 — Adoptando-se a mesma jurisprudência, o Tribunal Constitucional decide rejeitar o presente recurso, por inadmissível.

Lisboa, 9 de Outubro de 2009. — *Carlos Pamplona de Oliveira* — *Gil Galvão* — *Joaquim de Sousa Ribeiro* — *Maria Lúcia Amaral* — *José Borges Soeiro* — *João Cura Mariano* — *Vitor Gomes* — *Maria João Antunes* — *Benjamim Rodrigues* — *Ana Maria Guerra Martins* — *Rui Manuel Moura Ramos*.

202471742

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

Aviso n.º 19169/2009

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candida-

tos aprovados no procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, conforme caracterização do mapa de pessoal do Tribunal da Relação de Coimbra, aberto através do aviso n.º 13050/2009, publicado no *Diário da República* n.º 141, 2.ª série de 23 de Julho de 2009, a qual foi homologada por meu despacho de 14 de Outubro de 2009.

Candidatos aprovados

1.º Sandra Cláudia Santos Pereira Ramos — 17,1 valores

2.º Patrícia Maria Dionísio Lopes dos Reis — 14,6 valores

19 de Outubro de 2009. — O Presidente da Relação, *António Joaquim Piçarra*.

202470284

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ABRANTES

Anúncio n.º 8139/2009

Processo de prestação de contas pelo administrador n.º 1568/06.3TBABT-H

Requerente: Maria Júlia Joaquina Marques Vieira.

Insolvente: Noira & Lopes, L.ª

A Dr.ª Ana Margarida Nogueira Correia, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Noira & Lopes, L.ª, número de identificação fiscal 503030090, endereço na Rua de Calouste Gulbenkian, 14, Figueira da Foz, 3080-084 Figueira da Foz, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

15 de Outubro de 2009. — A Juíza de Direito, *Ana Margarida Nogueira Correia*. — O Oficial de Justiça, *Ana Mafalda Galrinho*.

302456863

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALBUFEIRA

Anúncio n.º 8140/2009

Insolvência de pessoa singular (requerida) Processo n.º 47/09.ITBABF

Requerente: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Guadiana Crl
Insolvente: José Mariano Nascimento Caiolas

No Tribunal Judicial de Albufeira, 1.º Juízo de Albufeira, no dia 07-10-2009, pelas 16:45 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

José Mariano Nascimento Caiolas, estado civil: Divorciado, nacional de Portugal, NIF 112253059, BI 5400124, Endereço: Rua Veríssimo de Almeida, 16, 8000-000 Faro, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Ademar Margarido de Sampaio R. Leite, Endereço: Av. Alberto Sampaio 106, 2.º, 3500-000 Viseu

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE]